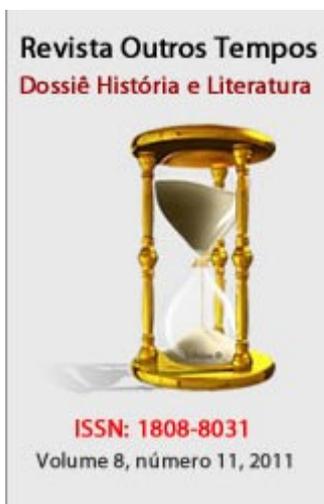


OS MESTRES E A ESCOLA: Relações de poder no campo educacional maranhense.¹

THE TEACHERS AND THE SCHOOL: Power relation on the maranhense educational field;



ANA CAROLINE NERES CASTRO LICAR
Mestre em Educação
São Luís, Maranhão – Brasil
carolcastro2011@live.com

Resumo: Este artigo de natureza histórica objetiva analisar as relações de poder – sob a perspectiva foucaultina – no espaço escolar público primário da capital maranhense, na primeira década do século XX. Nessa análise, o objeto de estudo foi a polêmica sobre os livros da Escola-Modelo Benedito Leite, principalmente, a cartilha *Escreta rudimentar* (1908), envolvendo Barbosa de Godóis, autor da cartilha e diretor das escolas Normal e Modelo, e Antônio Lobo, inspetor da Instrução pública, em 1911. Como pano de fundo para a polêmica, evidencia-se a disputa por poder – entendido como discurso verdadeiro – no campo pedagógico, travada entre Lobo e Godóis por meio de seus discursos materializados no jornal *Diário do Maranhão*. Os discursos materializados nos artigos da polêmica publicados no jornal *Diário do Maranhão* revelaram uma intensa disputa por poder no campo pedagógico da capital maranhense, que tinha como objeto de desejo o discurso legítimo.

Palavras-Chave: Livro didático. Polêmica. Intelectuais. Relações de poder.

Abstract: This work aims to analyze the historical nature of power relations - from the perspective Foucaultians - within the public school's primary capital of Maranhão, in the first decade of the twentieth century. In this analysis, the object of study has been controversy over the books of the Model School Benedito Leite, especially the writings Rudimentary primer (1908), involving Barbosa Godoy, author of the booklet and director of the Normal and Model Schools, and Antonio Lobo, Inspector Public Instruction in 1911. As background to the controversy, highlights the struggle for power - understood as true discourse - in the educational field, fought between Lobo and Godoi through his speeches materialized in the newspaper *Diario do Maranhão*. Materialized in the speeches of the controversial articles published in the Diario do Maranhão showed an intense power struggle in the field of educational capital of Maranhão, which had as its object of desire legitimate speech.

Keywords: Textbooks. Controversy. Intellectuals. Power relations.

¹ Artigo submetido à avaliação em 01/02/2011 e aprovado para publicação em 28/04/2011

Introdução

Estudar o cotidiano não é tarefa simples. Compreender comportamentos, desejos, tomadas de decisões, pensamentos forjados numa visão de mundo que não é a sua, em um tempo distante do seu, coloca, diante do pesquisador, um grande desafio, mormente quando se trata de um objeto que exige um exercício de desnaturalização², como é o caso da escola, concebendo-a como produto e produtora de práticas sociais. Essa instituição, vista durante muito tempo apenas como um reduto transmissor de valores importantes para a vida em sociedade, há alguns anos passou a ser questionada em seus princípios, motivos e organização, revelando-se um campo fértil de investigação.

Há aproximadamente dez anos, a categoria cultura escolar passou a ganhar maior visibilidade dentro da historiografia educacional brasileira. Novas abordagens, novos métodos vêm descortinando um universo de temáticas ainda inexploradas. De tudo isso, o que há em comum é o interesse pelos vários sujeitos da educação em suas ações cotidianas. Julia (2001, p.10) afirma que a cultura escolar pode ser definida “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]”. O autor chama a atenção dos pesquisadores para as práticas cotidianas desenvolvidas dentro da escola. Lado a lado com as normas, essas práticas funcionariam como elementos reveladores das representações de mundo construídas pelos atores sociais que pertencem a esse espaço social.

Neste artigo, aborda-se a polêmica sobre *A questão de livros da Escola-Modelo Benedito Leite*, ocorrida em 1911 na capital maranhense, por conta da rejeição – pela Inspeção da Instrução Pública – da cartilha *Escrepta rudimentar*, e autoria de Barbosa de Godóis. Nesta pesquisa, a escola é concebida como um espaço de relações de poder envolvendo os diversos indivíduos que a compõem.

Foucault (1987) afirma que os discursos não são puros entrecruzamentos de coisas e palavras ou o intrincamento entre o léxico e uma experiência. O discurso é, na realidade, uma prática orientada por um conjunto de regras próprias. Essas práticas ou relações discursivas, segundo ele, não são internas nem externas ao discurso, mas estão de alguma forma no seu

² Desnaturalizar a fonte ou o objeto de estudo “é ultrapassar a barreira simbólica em que ela [ele] se constitui para a compreensão do próprio pesquisador” (NUNES & CARVALHO, 2005, p.72).

limite oferecendo-lhe os objetos de que se pode falar, determinando quem pode falar, nomear, analisar, classificar ou explicar esses objetos.

Portanto, para entender as enunciações diversas e o lugar de onde vêm, faz-se necessário considerar algumas questões. A primeira delas é: Quem fala? Qual é o seu status? “Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem?” (FOUCAULT, 1987, p. 57).

O status compreende critérios de competência e saber (sistemas, normas pedagógicas, condições legais), compreende também um sistema de diferenciação e de relações (subordinação hierárquica, divisão das atribuições, transmissão e troca de informações) e, por fim, compreende um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade (direitos de intervenção e de decisão que lhe são reconhecidos) (FOUCAULT, 1987).

Um segundo aspecto a ser considerado são os lugares institucionais, ou seja, de onde o indivíduo fala, onde encontra sua origem legítima para o discurso. No caso da polêmica entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis, seus lugares então inscritos no sistema educacional do Estado, mais especificamente, a Inspeção Geral da Instrução Pública e a direção da Escola-Modelo “Benedito Leite”. O terceiro e último aspecto refere-se à posição do sujeito em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. Assim, ele pode ser o que questiona, o que ouve, ou o que observa.

Neste artigo, apresentamos uma síntese biográfica dos envolvidos na polêmica, situando seus status e espaços de atuação. Em seguida, apresentamos um resumo da polêmica, e a possível origem do desentendimento entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis, mostrando como isso se revelou através dos artigos escritos por Godóis e Lobo no *Diário do Maranhão* durante a polêmica.

Intelectuais educadores

Antônio Lobo e Barbosa de Godóis integraram o terceiro grupo de intelectuais maranhenses, marcando a história literária maranhense com sua atuação entre o final do século XIX e início do século XX. Autodenominados Novos Atenienses – em alusão aos dois grupos de intelectuais que os antecederam, Grupo Maranhense (1832-1868) e Atenienses (1868-1894) –, ficaram caracterizados pelo discurso saudosista e marcadamente decadentista. O período literário conhecido como *Decadentismo*, no Maranhão, é geralmente situado entre os anos de 1894 e 1932, período que engloba a atuação dos Novos Atenienses, que atribuíam

a si a responsabilidade de resgatar as “glórias” literárias do Estado, perdidas com a morte ou saída de vários intelectuais da capital maranhense para outras regiões do país em meados do século XIX (CASTRO, 2007).

Com o objetivo de resgatar o passado literário do Estado, os Novos Atenienses foram responsáveis pela criação de um rico patrimônio literário produzido no Estado. Tendo o Maranhão como objeto preferencial de análise, parte desses trabalhos é de inspiração sócio-humanística, produzidos por historiadores, geógrafos, políticos, sociólogos, pedagogos, entre outros. Os outros trabalhos são de cunho literário, caracterizando-se pela reafirmação de “mitologias pretéritas consagradoras de uma posição singular atribuída ao Maranhão no universo intelectual brasileiro” (MARTINS, 2006, p. 148).

No âmbito do serviço público, várias instituições foram reorganizadas, reformadas e reinstaladas, como, por exemplo, a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), A Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902). Quanto às instituições de caráter literário, destacam-se a Oficina dos Novos (1900) e a Academia Maranhense de Letras (1908) (MARTINS, 2006, p. 175). Assim como outros intelectuais do período, Antônio Lobo e Barbosa de Godóis participaram ativamente, como fundadores de instituições e agremiações literárias, além de entusiastas desse movimento literário.

No início do século XX, Godóis participou e integrou-se ao projeto de modernização da educação maranhense idealizado por Benedito Leite. Nascido a 4 de setembro de 1860, tornou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, e, ao regressar para o Maranhão, após concluir seus estudos, passou a atender sua clientela em seu escritório situado no Largo do Carmo, n.º 24. Também atuou como procurador da Justiça Federal e jornalista, mas foi como educador que seu nome ficou imortalizado.

Iniciou sua carreira no magistério como professor de História e Instrução Cívica, em 1899, mesmo ano em que passou a assumir com certa frequência, em caráter de interinidade, a cadeira de Pedagogia e a direção da Escola Normal. O quadro instável de saúde de Almir Nina³, o titular na direção da Escola Normal, e suas atividades como clínico renomado em São Luís, forçavam Barbosa de Godóis a assumir constantemente essa função, de modo que, a partir de 1900, Godóis esteve mais tempo comandando as atividades dessa escola do que o seu titular.

A Escola Normal, na figura do seu diretor, era a coluna de sustentação das reformas idealizadas por Benedito Leite, porque, além de preparar os profissionais da educação e dirigir

³ Esta informação pode ser depreendida nos constantes pedidos de licença, solicitados por Almir Nina, por motivo de doença, encontrados nos ofícios da Escola Normal entre os anos de 1899-1902.

a Escola-Modelo Benedito Leite, regulamentava toda a instrução primária no Estado, sendo também a responsável por sua fiscalização. Essas responsabilidades exigiam uma dedicação por parte do diretor da Escola Normal, a que Almir Nina não podia corresponder⁴. Assim, Godóis participou ativamente do processo de organização da instrução pública de São Luís no início do século XX, até assumir definitivamente o cargo em 1905 (APEM, Correspondência ... Escola-Modelo, 1905).

Num momento em que inexistiam profissionais da educação⁵ e o campo pedagógico era tratado “por homens públicos e por intelectuais que, ao mesmo tempo eram educadores” (NAGLE, 2001, p. 136), a educação no Maranhão foi, durante muito tempo, conduzida por personagens como Almir Nina, médico, e Barbosa de Godóis, bacharel em Direito.

Ao assumir a direção da Escola Normal e toda a instrução pública do Estado, Barbosa de Godóis tornou-se a figura central no campo pedagógico maranhense no início do século XX, fato confirmado pelas suas publicações destinadas à educação, como *Cantos escolares, Um programa de história e Síntese histórica da educação, Instrução Cívica* (resumo didático, 1900), *História do Maranhão, Escripção rudimentar* (1904), *O mestre e a escola* (1910), *Os ramos da educação na escola primária* (1914), *Higiene pedagógica* (1914) e *À memória do Dr. Benedito Pereira Leite* (1911). (MORAES, síntese biobibliográfica de B. Godóis, História do Maranhão).

Como, até 1910, a fiscalização de todas as escolas primárias da capital estava a cargo do diretor da Escola Normal, Godóis tinha amplas liberdades para exercer suas funções, uma vez que ele mesmo era responsável pela fiscalização das escolas que dirigia. Essa situação só foi alterada em 1910, com a chegada de Luís Domingues ao governo do Estado e a nomeação de Antônio Lobo para a nova Inspeção Geral da Instrução Pública.

Antônio Lobo foi um intelectual maranhense que se destacou pela sua atuação nas mais diversas áreas da ciência. Nascido a 4 de julho de 1870, em São Luís, foi bibliógrafo, poliglota, estudioso dos mais diversos temas e, buscando atualizar-se com a ciência de seu tempo, possuiu a maior biblioteca particular no Maranhão, no início do século XX. Não foi um bacharel, mas, como autodidata, foi professor na Escola Normal e no Liceu Maranhense, onde também serviu como diretor.

⁴ Em 1899, em ofício de 3 de novembro, Almir Nina pedia ao governador João Gualberto T. da Costa sua exoneração do cargo de diretor da Escola Normal, por não poder dispensar à escola a atenção que as suas atividades exigiam. Tendo seu pedido recusado, Almir Nina entrou com um pedido de licença temporária.

⁵ Nagle (2001) afirma que, somente na última década da Primeira República, aparecem os educadores profissionais, ou técnicos em escolarização, que passam a tratar dos problemas educacionais como um domínio especializado, sem vinculação com problemas de outra ordem.

Sua atuação na direção da Biblioteca Pública do Estado também é lembrada como um divisor de águas na história dessa instituição, pelos constantes esforços de Antônio Lobo para inserir modernos conceitos de biblioteconomia desconhecidos no Brasil, mas utilizados na Europa e Estados Unidos. A carreira no magistério não foi sua atuação mais marcante, e sim a de jornalista polemista, típico de seu espírito tempestivo motivado pela neurastenia, um distúrbio nervoso que o acompanhou por toda a vida e afetou diretamente suas relações sociais. Muito da sua angústia, relacionada a esse distúrbio, ficou registrado no romance *A carteira de um neurastênico*, publicado em 1903.

Antônio Lobo liderou um grupo de intelectuais, no início do século XX, que se autodenominava *O sistema*, numa alusão ao sistema solar. Nesse sistema, Lobo era considerado o sol pelos companheiros que estavam sempre à sua volta. Assim como tantas outras agremiações literárias, *O sistema* tinha como objetivo principal a troca de experiência entre intelectuais mais experientes, como Antônio Lobo e Fran Paxeco, e jovens escritores que iniciavam suas carreiras e arriscavam seus primeiros ensaios. O grupo composto por professores, poetas, jornalistas, também contava com o apoio de homens ligados à política, entre eles, o governador Luís Domingues. Aliás, a ligação desse político com o círculo intelectual da capital maranhense foi o que o aproximou de Antônio Lobo.

Correspondências oficiais e extraoficiais entre Antônio Lobo e o governador Luís Domingues revelam os laços de amizade que os uniam. A título de exemplo, transcrevemos um bilhete, escrito por Antônio Lobo para o governador Luís Domingues, em papel timbrado da Inspeção de Instrução Pública, sem data:

Dr. Domingues

Estou preso aqui no Liceu. Os rapazes do sistema projetam para hoje uma pequenita festa na casa do Mingo [Domingos Barbosa]. Para tal abriram contribuição. Você faz parte do sistema. Mande-me, pois, pelo portador, a sua quota. Não vou pessoalmente buscá-la porque não posso sair daqui.

Do seu
Lobo.

Sabedoras da amizade entre Antônio Lobo e Luís Domingues, muitas pessoas recorriam ao primeiro, a fim de conseguir favores do segundo. Eram constantes os pedidos que chegavam a Antônio Lobo para que intermediasse causas de terceiros. “Distantes na hierarquia das funções, amigos no trato particular” (GASPAR, 2009, p. 99), Luís Domingues e Antônio Lobo parecem ter iniciado sua amizade antes mesmo de o primeiro ser governador

do Estado e o segundo, Inspetor Geral da Instrução Pública e diretor do Liceu Maranhense; prova-o o ato de nomeação pública para estes dois cargos feita no primeiro ano de governo de Luís Domingues, na festa de aniversário de Antônio Lobo em 1910.

A *Pacotilha* registrou o acontecimento, sintetizando com as seguintes palavras o ato do Governador: “Nas mãos de Antônio Lobo, portanto, entregava confiante e feliz, os destinos das nossas escolas e o futuro da mocidade” (PACOTILHA, 05 jul. 1910). Assim, a partir de julho de 1910, chefiando duas das mais importantes instituições ligadas à educação, Antônio Lobo tornou-se a figura mais importante no campo pedagógico maranhense.⁶ Entender o que significou a reorganização da Inspetoria Geral da Instrução Pública dá uma visão mais ampliada da relevância desse cargo e suas implicações na disputa entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis.

Até 1910, a Inspetoria da Instrução Pública⁷ era responsável pela fiscalização apenas nas escolas primárias do interior do Estado. Na capital, fugiam da alçada dessa Inspetoria as escolas particulares, as escolas regidas por normalistas diplomadas e a Escola-Modelo Benedito Leite, que estavam sob a jurisdição do diretor da Escola Normal, Barbosa de Godóis. Essa fragmentação do serviço de inspeção fazia com que as escolas do interior e mesmo algumas da cidade ficassem desassistidas por conta da fiscalização inoperante. Eram constantes as reclamações sobre a situação da instrução pública no interior do Estado.

Por meio do decreto n.º 99, de 1.º de outubro de 1910, Luís Domingues reorganizou a Inspetoria Geral da Instrução Pública, por entender que a inspeção da instrução no Estado deveria ser feita por uma única instituição e na tentativa de equiparar ao máximo as escolas do interior com as da capital. Um ponto interessante que vale a pena ser notado é que o texto de reorganização da Inspetoria Geral da Instrução Pública foi publicado em outubro de 1910, no entanto, Antônio Lobo ocupava esse cargo desde o mês de julho daquele ano, como consta da portaria de sua nomeação, datada de 6 de julho. Não seria de todo estranho cogitar a possibilidade de Antônio Lobo ter feito a redação do decreto que reformou a Inspetoria.

No texto do decreto há críticas severas à forma como a educação vinha sendo conduzida no Estado. Isso afetava diretamente a Barbosa de Godóis, que, como diretor da Escola Normal e da Escola-Modelo, participou efetivamente das reformas que vinham sendo

⁶ APEM. Livro de minutas de títulos de nomeações; apostilas aposentadorias. n. 1773. 1910.

⁷ O cargo de inspetor foi oficialmente criado em 1843, através da Lei n.º 165, de 15 de outubro daquele ano. Com a proclamação da República, a Lei n.º 56, de 15 de maio de 1893, que reorganizava o ensino, determinava, no art.17, as atribuições do Inspetor Geral da Instrução Pública, que integrava o quadro de instâncias responsáveis pela fiscalização do ensino, composto pelo Conselho Superior da Instrução Pública; congregações de professores do Liceu e da Escola Normal; inspetores de ensino, na capital; comissões escolares, no interior; e delegados destas comissões (SALDANHA, 2008, p. 98-99).

desenvolvidas ao longo daquela primeira década, além de ser responsável por quase todas as escolas da capital.

A crítica principal do texto do decreto estava na divisão da inspeção entre o diretor da Escola Normal, que concentrava praticamente todas as escolas públicas primárias da capital sob sua jurisdição, e o inspetor da Instrução Pública, que ficava apenas com as escolas do interior, gerando desencontros de propósito, organização e fiscalização entre essas escolas. Com o Decreto n.º 99, todas as questões relativas a escolas e educação no Estado ficaram sob a tutela de Antônio Lobo.

O decreto também determinava que o inspetor Geral da Instrução deveria ser um dos dois diretores do Liceu Maranhense e da Escola Normal, e que os vencimentos dos diretores dessas escolas e mais da Escola-Modelo deveriam ser equiparados, com acréscimo de cem mil réis para o que ocupasse o cargo de Inspetor Geral, revelando uma valorização do trabalho de inspeção, que anteriormente estava em desvantagem em relação ao diretor da Escola Normal, inclusive pecuniariamente.

Assim, Antônio Lobo passou a dar as diretrizes da educação no Maranhão, acumulando as funções de diretor do Liceu, um dos diretores da Escola Normal e Inspetor da Instrução Pública. Dessa forma, Barbosa de Godóis, que antes era a maior autoridade no campo educacional maranhense, tornou-se apenas o diretor da Escola Normal e da Escola-Modelo, sem as liberdades e os poderes que possuía antes, como ficou evidenciado na rejeição dos livros de sua autoria pela Inspetoria em 1910, e subalterno de Antônio Lobo, como previa o Decreto n.º 99, de 1.º de outubro daquele ano.

Em *O mestre e a escola*, publicado em 1911, Barbosa de Godóis devolve as críticas do decreto n.º 99 ao seu trabalho. Ao realizar um levantamento da educação no Estado nos últimos dez anos, fez severas críticas à forma como a inspeção escolar vinha sendo desenvolvida durante a gestão de Antônio Lobo na Inspetoria Geral da Instrução Pública. Comparando a organização da fiscalização na época em que era responsável por esse serviço com a atuação do novo Inspetor, Godóis afirmou:

D'estarte temos na capital fiscalização exclusiva e impraticável do Inspetor Geral da Instrução Pública e Diretor do Lyceo, que, estando occupado n'este estabelecimento, durante as horas de funcionamento das Escolas Estaduaes e Grupos Escolares, não pode sem preterição de outros deveres, effectuar a fiscalização d'estes institutos (GODÓIS, 1911, p. 137).

Ficou, portanto, evidente o quadro de desconforto que se configurava entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis, desde o ano de 1910, revelando que a polêmica em torno dos

livros de Godóis, em 1911, não foi um fato isolado e circunstancial. Antônio Lobo e Barbosa de Godóis eram dois jornalistas que escreviam diariamente nos periódicos mais importantes da cidade e, neles, haviam travado muitas polêmicas com outros adversários. No entanto, o desgaste gradual entre esses dois servidores públicos, com as mudanças efetuadas por Luís Domingues na organização da instrução pública, deixa patente que esses dois homens eram, acima de tudo, dois professores que disputavam o poder dentro de um espaço específico da intelectualidade, o campo⁸ pedagógico.

A questão de livros da escola-modelo Benedito Leite

A polêmica que ficou conhecida como “A questão de livros da Escola-Modelo” iniciou quando Godóis, no exercício da sua função de diretor da Escola-Modelo Benedito Leite, sugeriu a utilização do compêndio *Escripta rudimentar*, de sua autoria – e que já era utilizado para o ensino da escrita na mesma escola –, para a iniciação à leitura dos alunos, juntamente com o livro *História do Maranhão*, no auxílio da disciplina que levava o mesmo nome. Na execução do cargo de inspetor geral da Instrução Pública, Antônio Lobo rejeitou a adoção dos livros, sob a alegação de que estes não se adequavam ao método de aprendizagem utilizado naquele estabelecimento de ensino, o método analítico. Barbosa de Godóis, por sua vez, recorreu da decisão através de uma representação encaminhada ao governador Luís Domingues (1910-1914), que pediu ao inspetor que justificasse sua decisão.

A disputa entre os dois educadores, travada durante três meses, diariamente, no Jornal *Diário do Maranhão*, a respeito da rejeição dos dois livros de autoria de Barbosa de Godóis, despertou em nós o interesse de compreender a importância da posse do discurso autorizado, legitimado, para aqueles dois intelectuais, no contexto da primeira década do século XX.

A partir da perspectiva foucaultiana de saber/poder, tentamos compreender o que significava, para os envolvidos na polêmica, o domínio do saber institucional legitimado, disputado por meio do debate acerca dos detalhes da cartilha em comparação ao método analítico.

A partir dessas considerações, entendemos que a polêmica em torno da cartilha *Escripta rudimentar* não deve ser entendida como um fato isolado, e sim dentro de um contexto de disputa de poder no campo intelectual, protagonizada por Barbosa de Godóis e

⁸ Entendido como uma estrutura de relações objetivas. “A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos”, como explica Bourdieu (2006, p. 134)

Antônio Lobo, que parece ter iniciado com a chegada de Luís Domingues ao governo do Estado e a nomeação de Antônio Lobo para a Inspeção Geral da Instrução Pública.

Entendendo que “o principal meio de poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de idéias por meio da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 12), e sendo os intelectuais o grupo social que exerce a transmissão de visões de mundo mediante o uso da palavra, conclui-se que a polêmica travada entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis funciona como um mecanismo de disputa, em que o enfrentamento por conta da aplicação do método analítico evidencia um desejo de possuir o discurso autorizado, a “verdade” da questão, entendida como poder (FOUCAULT, 1996).

Na exposição procedida, percebe-se claramente que naquele ano de 1911 já havia uma disputa entre Lobo e Godóis pela liderança da instrução pública no Maranhão, que se tornou mais evidente no desejo de controlar o discurso pedagógico legítimo, explicitado na polêmica sobre a questão dos livros da Escola-Modelo. Nosso intuito agora é tentar compreender como essa relação de poder ficou explícita no discurso, em sua materialidade escrita, mediante os artigos elaborados por Godóis e Lobo no jornal *Diário do Maranhão*, durante a polêmica.

Foucault (1979) afirma que todo saber assegura o exercício de um poder, sendo o agente do saber responsável por enviar aos que lhe delegaram um poder um determinado saber correlativo do poder que exerce. Por isso, é tão importante, na polêmica entre Lobo e Godóis, a última palavra na questão da cartilha *Escrepta rudimentar*, no contexto do governo de Luís Domingues. Antônio Lobo precisava provar que era competente para o cargo a que havia sido nomeado, e Godóis precisava reafirmar sua condição de intelectual diante das acusações do inspetor. Assim, é possível detectar alguns mecanismos discursivos utilizados pelos dois rivais na construção da imagem do outro.

Quando a divergência entre Lobo e Godóis tornou-se explícita, o objetivo dos polemistas passou a ser o convencimento do público leitor que acompanhava a polêmica pelo *Diário do Maranhão*. A intenção de cada um era cooptar a opinião pública a seu favor. Para isso, utilizaram diversas estratégias discursivas. Enquanto Godóis utilizava uma linguagem mais técnica e formal na construção de sua defesa, impressionando pela erudição, Lobo optou por uma linguagem mais simples e direta. A pilhéria era própria do estilo de Antonio Lobo. Na polêmica, usou esse recurso à exaustão, elaborando textos irônicos e provocadores, que ele caracterizou como “práticos”.

Objetivando influenciar a opinião pública a seu favor, no que diz respeito aos fatos da polêmica, na edição de 19 de maio de 1911, no *Diário do Maranhão*, Lobo criou uma estorinha que, ao mesmo tempo em que denegria a imagem de Godóis, por conta do seu estilo, sugeria empatia para com o posicionamento do Inspetor da Instrução Pública.

Utilizando linguagem coloquial, típica do cotidiano das camadas populares, Lobo apresentava, de forma simples, sua opinião sobre os artigos de Godóis, caracterizando-os como difíceis de serem entendidos, pela complexidade dos conceitos utilizados – “O Godóis embrenhou-se por umas análises de que eu nada entendo”, “não entendi patavina” – e acusando o diretor da Escola Normal de utilizar uma falsa erudição para impressionar os leitores – “fulano disse isto, sicrano disse aquilo, beltrano disse aquilo outro”, “Agarrava p’r’ahi uma porção de livros, copiava um pedaço dum, um pedaço d’outro” . Na estória, a opinião do inspetor assume uma caráter de verdade – “O Lobo disse que tudo aquilo não prestava p’r’o ensino das crianças”, “a tal *Escripta rudimentar* é mesmo como disse o Lobo”. As acusações contra Godóis, explicitadas no diálogo, foram repetidas por Antônio Lobo durante toda a polêmica.

O estilo técnico e as muitas citações utilizadas por Godóis, para fundamentar seu pensamento, eram os principais pontos criticados por Antônio Lobo. Afirmava ainda que Godóis interpretava equivocadamente boa parte dos textos utilizados por ele em sua defesa, sintetizando esse pensamento na constante afirmação: “Godóis não entende o que lê”. As muitas citações utilizadas por Godóis foram classificadas pelo Inspetor como “erudição de fancaria”, de que o diretor da Escola-Modelo se serviu para encobrir uma possível fragilidade de argumentos, resultando num “ôco dogmatismo apriorístico” de uma “prosa viciada e prolixa”, fazendo de sua defesa um “policromático manto de retalhos”, nas palavras do inspetor (LOBO, **Diário do Maranhão**, 19 mai. 1911).

Em contraste ao estilo de Godóis, Lobo afirmou, logo no início de sua exposição, que sua linguagem seria sempre “precisa e clara de quem se sente em terra firme e apoiado”. Assim, Lobo construiu a imagem de que Godóis se escondia atrás de uma falsa erudição para disfarçar sua incompetência, para defender a cartilha e discutir o método analítico, enquanto a linguagem objetiva de Lobo evidenciava sua posse da verdade (LOBO, *Diário do Maranhão*, 19 mai. 1911).

Em outra edição do *Diário*, Lobo provocou novamente o diretor da Escola Normal quanto ao seu estilo:

Começa esse artigo – à moda dos sermões de apolojética, provando a criação – por um latinório estafado: *Ex nihilo nil*. O aforismo é concizo e claro, como se vê, pesar de vir em latim; agora o que se lhe segue da lavra do bacharel Godóis, é que é prolixo e obscuro, como de costume, apesar de vir em português (LOBO, Diário do Maranhão, 22 mai. 1911).

Em seus artigos, Antônio Lobo, ao utilizar linguagem simples e humor sarcástico, dialogava com o receptor da mensagem, provando a empatia necessária para a aceitação do seu discurso como verdadeiro. Discorria sobre todos os temas em debate, de forma que até as pessoas leigas tivessem uma compreensão mínima acerca dos assuntos. Lobo afirmava, muitas vezes, que Barbosa de Godóis, apesar de aparentar elevada cultura, tinha dificuldade de interpretar o que lia, lançando dúvidas a respeito de sua competência como pedagogo. Tratou desse assunto diversas vezes, sempre com humor sarcástico, como é o caso da edição de 23 de maio de 1911:

Mas, é a tal coiza: lê e não destrinça, nem percebe bem o que lê; fica-lhe tudo, no cerebro, num amalgama disforme, e lá vem um dado momento, em que reflue tudo cá para fora, numa embrulhada de fazer dó. O Diretor da Escola Modelo é, pois, como se vê, um dispeptico intelectual. Injere, mas não dijere. E nem sei se haverá, para cazos desses, elixir de papaina que valha. O melhor será, ao que me parece, um severo rejimen de dieta. Injerir pouco, e com grandes intervalos, obedecendo sempre à consideração escrupuloza da quantidade e da qualidade dos alimentos. Só assim é que a cura de tão lamentável mal se me afigura talvez possível... (LOBO, Diário do Maranhão, 23 mai. 1911).

Em seguida a comentários como este, Lobo sempre falava de si e da forma como escrevia, sempre em tom de vitória, deixando evidente o contraste com o seu adversário:

E nem me venham p'r'ahi acuzar de crueldade ou de grosseria. Eu não sei lidar com panos quentes, nem andar hipocritamente, a disfarçar o que tenho a dizer. Se evito sempre, em qualquer polemica a que seja provocado, o terreno ingrato do insulto pessoal, nem por isso me sinto obrigado a poupar o adversário, naqueles pontos que nada tem a ver com sua honra e o seu character de homem. E, depois disso provo sempre, documentaria ou racionalmente, tudo o que avanço. E em toda a polemica desde o momento em que se obedeça a restrição acima formulada, toda a verdade tem o direito incontestado á proclamação, uma vez que venha acompanhada da prova que lhe serve de garantia. (LOBO, Diário do Maranhão, 23 mai. 1911).

Assim Lobo vai construindo a ideia de que falava sem medo porque falava a verdade. Conforme a polêmica ia avançando, Lobo ficava cada vez mais agressivo em suas colocações e passou a intitular a *Escrepta rudimentar* de “imprestável livresco” e a utilizar expressões como “asfíxia” para descrever o estado de Barbosa de Godóis na polêmica, como se o estivesse encurralando e arrancando-lhe todas as chances de defesa.

A imagem de Godóis que Antônio Lobo veio construindo sutilmente com humor, desde o início dos textos, foi se tornando mais explícita, e a leitura dos artigos deixava evidente a intenção do inspetor da Instrução Pública de colocar em cheque a capacidade do diretor da Escola Normal, desclassificando-o, e, desse mesmo modo, desautorizando-o para a discussão.

Ao contrastar as afirmações do professor Godóis, de que as frases utilizadas na cartilha eram adequadas, simples e fáceis, com a transcrição das frases utilizadas na cartilha, Antônio Lobo, como era de seu feitio, recorria à troça para ridicularizar a defesa do diretor da Escola-Modelo.

“O meu livro é isto”, afirmou s.s. e nada mais. E a prova de que o seu livro é isso mesmo? [...] Não! Isto, positivamente, é deboche! Quiz o Diretor da E. Modelo divertir-se um pouco à nossa custa, e murmurou com os seus botões: Ora esperem lá, que eu vou já d’aqui pregar-lhes um logro”. E zás: ferrou-nos a peta contida nas suas asseverações acima!!!

E eu caí como um patinho! Pois não devia ter visto logo que o bacharel Godois estava brincando? (LOBO, Diário do Maranhão, 29 mai. 1911).

Antônio Lobo era conhecido pelas acirradas polêmicas que sustentava na imprensa e pelo estilo ferino com que lidava com outros jornalistas. Sarcástico, intimidador e arriscando tudo em cada polêmica com o único fito de sair vencedor. Foi assim que perdeu alguns de seus melhores amigos, como Alfredo Teixeira, seu companheiro da Revista do Norte, e Fran Paxeco, com quem fez uma longa parceria desde a chegada desse português a São Luís, em 1900. Os distúrbios nervosos provocados pela neurastenia, que acompanhou Antônio Lobo por toda a vida e o levou a tentar o suicídio algumas vezes, ficavam aflorados nessas acalouradas discussões, que denunciavam seu espírito tempestivo.

Para Antônio Lobo, a cartilha *Escrepta rudimentar* não servia para a iniciação ao ensino da leitura na Escola-Modelo, haja vista toda a exposição de motivos que havia feito. Para ele, somente o interesse comercial, que importava à adoção do livro, explicaria o interesse de Godóis em defender seu livro a todo custo. Para corroborar esse pensamento, na parte do Parecer publicada no dia 22 de abril, Antônio Lobo, referindo-se às referências dadas por Godóis sobre a cartilha, afirmou que o autor omitia quem seria o editor da obra, insinuando que Godóis estaria ocultando o interesse comercial que motivaria a defesa do livro.

Em sua defesa, Godóis afirmava que não tinha interesse comercial na venda da cartilha. Como prova disso, lembrava que as suas obras *O mestre e a escola* e *Instrução cívica* foram, por ele, doada ao Governo. Em contrapartida, Godóis afirmava que, ao proibir a

adoção da cartilha *Escrepta Rudimentar* e do compêndio *História do Maranhão*, a única intenção do inspetor foi privá-lo das vantagens da adoção dos livros, embora não fossem significativas. Segundo ele, em sete anos, havia lucrado apenas 200\$00. Assim, desejava apenas tirar as despesas da publicação, sendo esta sua recomendação à casa de Ramos d'Almeida, responsável pela venda da cartilha (GODÓIS, Diário do Maranhão, 01 mai. 1911).

Mas será que não havia mesmo nenhuma vantagem?

A afirmação de Godóis de que não tinha interesse comercial na publicação de suas obras se choca com a realidade da publicação do livro didático no início do século XX. Bittencourt (2008) comenta que a produção de livros didáticos para crianças tornou-se uma fonte de lucro desde o final do século XIX, aumentando significativamente o número de editoras especializadas nesse tipo de publicação. A importância comercial do livro didático era tanta que, entre os editores, o livro didático era considerado a “carne” da produção de livros, enquanto as obras de literatura ou científicos eram considerados os “ossos”. Em sua visão, “A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado” (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

No entanto, o desejo de unificar o ensino e evitar a utilização de textos considerados subversivos aumentou paulatinamente as exigências referentes aos textos didáticos, desde os liberais do fim do Império. Dessa forma, verifica-se, por meio da legislação, dois tipos de formas de controle do texto escolar impresso: *o veto* e a *autorização*. A autorização para utilização do livro passou a ser a marca delimitadora entre os livros mais vendidos e os livros menos vendidos no mercado, porque “depois de aprovado pelas autoridades educacionais, [o livro didático] possuía público cativo e compulsório” (BITTENCOURT, 2008, p. 82).

Essa vigilância fez com que autores e editores elaborassem diversas estratégias para garantir a aprovação dos trabalhos e a consequente adoção de seus livros pelo Estado, mediante a política de distribuição de livros para alunos carentes que significava vendagem garantida para os autores e editores. Isso explica, por exemplo, a distribuição de 540 exemplares da *Gramática da Língua Portuguesa* oferecidos pela professora Zillah de Passos Matoso Maia, do Rio de Janeiro, em 1911, ao governo maranhense – esperando provavelmente, que este oferecimento resultasse na adoção do livro nos anos posteriores (DIÁRIO DO MARANHÃO, 06 abr. 1911). Já em 1902, João Köpke requeria 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) pela impressão autorizada, pelo governo do Maranhão, de mil exemplares do seu Curso da língua materna a ser utilizado na Escola Normal (DIÁRIO DO

MARANHÃO, 10 nov. 1902). Assim, era comum a publicação de uma primeira edição submetida ao controle estatal. Se aprovada, na edição seguinte já aparecia, na folha de rosto, a confirmação da aprovação que lhe conferia um status em relação a outros trabalhos não aprovados.

Também era comum que os autores tivessem o hábito de dedicar o trabalho a alguma autoridade, tecendo elogios a sua atuação no governo. Outra estratégia comum era afirmar, na introdução do livro, que aquele material didático estava atualizado de acordo com as exigências do ensino, que estavam sempre em mudança de modo a acompanhar o avanço da pedagogia. Expressões como “novo”, “novíssimo”, “atualizado” eram muito utilizadas, como sinal de chancela de produto supremo (BITTENCOURT, 2008).

Na segunda edição da sua cartilha *Escripta rudimentar* (1908), Godóis demonstrou essa preocupação. Como não poderia afirmar que o livro havia sido aprovado pela Inspeção, porque nunca havia sido submetido a essa apreciação até aquele ano de 1911, cuidou em deixar claro na introdução da cartilha que “foi observado o systema analytico, que é exactamente o determinado pelo programma official e que manda partir-se da sentença para a palavra e desta para a syllaba e letra” (PARECER, Diário do Maranhão, 22 abr. 1911).

Bittencourt (2008) comenta que essa estratégia de comercialização nem sempre correspondia a mudanças efetivas no texto. Muitos que utilizavam os termos “novo”, “novíssimo”, “atualizado”, ou correspondente a algum método exigido pelas autoridades, dando a aparência de textos inovadores, eram, na realidade, repetições das mesmas obras, ou de antigos métodos dissimulados com a aparência do novo.

Godóis era um autor especializado em livros didáticos, fruto de sua trajetória como professor – seus livros foram largamente utilizados na educação maranhense no início do século XX. De oito dos seus trabalhos, sete foram destinados à educação e, como era costume na época, a maioria de seus compêndios resultaram de anotações e esboços de suas aulas, como ele mesmo afirma, na introdução da sua *História do Maranhão*: “...os capítulos que se lêem nesta obra correspondem em geral ao tema das preleções de História do Maranhão, dadas em 1902, como os do livro Instrução cívica, levados ao prelo em 1900, correspondem ao resumo das preleções dessa disciplina em 1899” (GODÓIS, 2008).

A tipografia Ramos de Almeida, ou, como era mais conhecida na época, Livraria do Largo do Palácio – onde a cartilha *Escripta rudimentar* foi impressa –, era uma das mais antigas editoras da capital maranhense, ao lado da de Belarmino de Matos e da tipografia do Frias. Fundada em 13 de junho de 1846, pelo português Antônio Pereira Ramos de Almeida,

destacou-se pela comercialização de coleções de livros⁹ e materiais de escritório, sendo durante muitos anos fornecedor de materiais para a Escola-Modelo e Normal, como se desprende dos ofícios trocados entre o diretor dessas escolas e o governador, entre os anos de 1900 a 1911. Em 1866, Correia de Frias (2001, p. 41) afirmava que a produção da Ramos de Almeida era “quase que só voltada para a sua livraria”, distinguindo-se das outras tipografias que, em geral, tinham como base a publicação de jornais.¹⁰ Entre os professores que tinham seus livros publicados pela Ramos de Almeida, destacam-se Justo Jânsen Ferreira, Rubem Almeida, José Augusto Correia, além de Barbosa de Godóis. Essa característica da Ramos de Almeida, de editora especializada na venda de livros didáticos, confirma-se também por ser a única editora maranhense a constar numa lista de endereços para compra de livros para professores, divulgada na Revista de Ensino n. 5 do ano de 1883 (BITTENCOURT, 2008).

A partir desses dados, o fato de Godóis ser um professor-autor e a Ramos de Almeida ser uma editora de livros didáticos, permite a detecção de estratégias utilizadas por Godóis para garantir a aprovação da cartilha, que levam à conclusão de que o interesse manifestado na defesa ostensiva da *Escripta rudimentar* não estava isento de interesses comerciais, como afirmou Godóis. O argumento de que teria doado os direitos sobre *O mestre e a escola* e *Instrução cívica*, para provar seu desapego financeiro sobre as obras, só confirma esse interesse, uma vez que esta era outra estratégia utilizada pelos autores para garantir a publicação de seus trabalhos pela imprensa oficial, em larga escala, e a conseqüente adoção nas escolas públicas.

Godóis também afirmou que, ao longo de sete anos, só havia lucrado 200\$00 com a venda da cartilha. Isso se explica pelo fato de a cartilha nunca ter sido aprovada pela Inspeção para a iniciação à leitura, limitando seu potencial de comercialização. Como foi visto anteriormente, Godóis vinha utilizando sua cartilha para a iniciação à leitura ao longo de alguns anos, apesar da determinação da Inspeção na adoção de outros livros porque, segundo ele, as professoras consideravam a sua cartilha mais fácil. Essa prática era possível pelo fato de Godóis ser o encarregado da inspeção nas escolas que dirigia. No entanto, com a entrada de Antônio Lobo na Inspeção, Godóis necessitaria da aprovação de sua cartilha para poder continuar sua utilização e garantir a venda do livro, o que justifica a defesa a todo custo da *Escripta rudimentar*.

Depois de afirmar que não tinha interesse comercial na venda da cartilha, Godóis passou então a comentar a postura de Antônio Lobo durante a polêmica, afirmando que o

⁹ A editora Ramos de Almeida também publicava trabalhos jurídicos, poéticos, entre outros (VIVEIROS, 1992).

¹⁰ O único registro de jornal publicado pela tipografia Ramos de Almeida foi o Jornal do Comércio. Sua publicação foi iniciada em 1858, tendo durado cerca de um triênio (VIVEIROS, 1992)

interesse do seu adversário era molestá-lo e atrair o ridículo para o seu “livrinho”, classificando como “chocarrices insulsas” e “agressões audaciosas” as provocações do Inspetor, que, na visão de Godóis, apenas serviam para esconder a fraqueza dos seus argumentos, “colocando-o na posição de vencido, em que há muito está o conceito dos que têm acompanhado esta polêmica”, nas palavras do diretor da Escola-Modelo (GODOIS, *Diário do Maranhão*, 10 jun. 1911).

Em contrapartida à acusação de Antônio Lobo, de que Godóis teria interesses comerciais na defesa da cartilha, este afirmava que o Inspetor da Instrução Pública, além de tentar prejudicá-lo financeiramente com a rejeição da cartilha e do livro *História do Maranhão*, fê-lo de forma desonesta. Segundo Godóis, Antônio Lobo teria retardado a publicação da lista de livros, adotados para a Escola-Modelo para 10 de abril, a fim de ganhar tempo para preparar de antemão sua defesa, na certeza de que Godóis questionaria sua decisão. Por isso, segundo ele, logo em seguida à sua representação junto ao governador, Antônio Lobo teve condições de publicar o extenso parecer no jornal *Diário do Maranhão*, justificando a recusa dos dois livros.

De fato, há uma publicação da decisão da Inspetoria sobre os livros adotados na Escola-Modelo no mês de abril, mas esta não seria a primeira divulgação. O *Diário Oficial*, edição de 5 de fevereiro de 1911, já divulgava a decisão da Inspetoria, datada de 31 de janeiro, sobre os livros adotados para a Escola-Modelo, na qual constava a designação da *Cartilha analytica*, de Arnaldo Barreto, para a iniciação à leitura no 1.º ano (DIÁRIO OFICIAL, 05 fev. 1911).

Apesar de afirmar que não dava “grande importância” a esses fatos, ocupava-se deles apenas “para salientar a manobra do Inspetor Geral da Instrução Pública [...]”. Assim, Godóis iniciou a defesa da cartilha, lançando dúvidas sobre a conduta do Inspetor. Em seguida, passou a fazer algumas considerações sobre os artigos de Antônio Lobo (GODOIS, **Diário do Maranhão**, 01 mai. 1911).

Barbosa de Godóis tentou convencer os leitores do *Diário do Maranhão* de que a cartilha não tinha defeitos e que a polêmica iniciada pelo inspetor era, na realidade, uma questão de ordem pessoal. Esse pensamento ficou evidenciado quando acusou o Inspetor de tentar prejudicá-lo financeiramente e em diversas afirmações, nesse sentido, feitas por ele em seus artigos, como esta: “No desígnio manifesto de amesquinhar o referido livro, para amesquinhar o seu auctor, imputa-lhe toda sorte de defeitos [...]”(GODÓIS, *Diário do Maranhão*, 11 mai. 1911).

A intenção de Godóis, revelada em seus artigos, era mostrar sua superioridade intelectual em relação a Antônio Lobo. Afinal, era ele quem vinha desenvolvendo, ao longo de uma década, a orientação pedagógica da instrução no Estado, além de ser formalmente capacitado para isso, por ter formação em nível superior, em contraposição ao inspetor que, além de não ter uma profunda experiência no campo pedagógico, era um autodidata. Portanto, a rejeição de Godóis à posição de Antônio Lobo como seu superior se revela quando, ao longo de toda a polêmica, ele chama o inspetor de “O Sr. Antônio Lobo” e, raramente, o “inspetor da Instrução”, muito menos de “professor”.

Para Barbosa de Godóis, Antônio Lobo não possuía legitimidade para tratar de assuntos pedagógicos. Portanto, o parecer do Inspetor da Instrução era, ao seu entender, permeado de erros, devido à má interpretação dos conceitos pedagógicos. Acusava o inspetor de recorrer a frases de efeito, na ausência de embasamento teórico para o debate. Assim, a defesa da cartilha foi pautada naquilo que Godóis chamou de “equivocos do inspetor”. Em seus textos, encontramos constantemente a frase: “mais um equivoco do Inspetor”, dando a entender que, na polêmica, seu papel era desfazer os enganos divulgados no parecer.

A imagem que Barbosa de Godóis tentava construir sobre Antônio Lobo se contrapunha à imagem que transmitia de si mesmo. Em alguns de seus textos, demonstrando sua erudição, Godóis entremeava suas frases com expressões em latim, como, por exemplo, “Ex nihilo nil”, “ipso facto”, “per accidens”, entre outras, revelando ser detentor de um saber/poder. Godóis elaborou sua defesa baseado na oposição falso/verdadeiro. Em sua busca pelo discurso legítimo, que representaria a “verdade”, afirma que os procedimentos do inspetor revelavam sua “falsa linha de orientação pedagógica”, em contraste com a “verdadeira orientação pedagógica, por ele explicitada nos artigos” (GODÓIS, **Diário do Maranhão**, 16 mai. 1911).

A linguagem técnica e polida que Barbosa de Godóis usou para se defender no *Diário do Maranhão* foi substituída pelo tom hilariante e sarcástico no *Correio da Tarde*, onde escrevia versos intitulados *Na corda bamba*, sob o pseudônimo Gedeão. Em 1911, os dois maiores jornais da capital estavam ligados a Antônio Lobo. O *Diário do Maranhão* era dirigido por Luís Viana, amigo pessoal de Antônio Lobo e membro do *Sistema*, e a *Pacotilha* era dirigida por Antônio Lobo. Foi no *Correio da Tarde*, jornal de menor expressão, que Godóis, por meio de versos publicados diariamente, extravasou seu verdadeiro espírito polemista.

Nos versos, Godóis fazia um resumo das discussões da polêmica, sempre desqualificando Antônio Lobo como intelectual:

Na corda bamba

Ora, o Lobo, quem diria?
Em calças pardas mettido,
Confunde alhos com bugalhos
Por querer ser muito sabido.

Na discussão sobre os livros
O mestre não anda bem,
P'ra livrá-lo do Godois
Não aparece ninguém.

Do systema os planetários
Vão correndo em debandada;
E o mestre, por ser coirudo,
Vae se mettendo em rimpada.

Gedeão (CORREIO DA TARDE, 04 mai. 1911)

A superioridade hierárquica de Antônio Lobo na instrução pública nunca foi aceita por Godóis. A rejeição da cartilha fez emergir toda a insatisfação do diretor da Escola Normal em ser submisso a alguém que, na sua visão, nada entendia de Pedagogia. O fato de Antônio Lobo ter servido como professor na Escola Normal e no Liceu Maranhense, sendo que neste último também ocupou a direção da escola, não o autorizava para aquele debate, segundo o diretor da Escola-Modelo.

Conclusão

A introdução do método analítico para a iniciação à leitura na Escola-Modelo “Benedito Leite” inaugurou uma nova fase no sistema de educação maranhense, impondo novas regras e uma necessidade maior de domínio desse conhecimento por parte das autoridades educacionais da capital. O desejo de entrar na ordem do discurso pedagógico da época, alimentado pela rivalidade entre os dois polemistas, fez com que eles utilizassem procedimentos de apropriação do discurso pedagógico, revelado pela suposta detenção da verdade e exclusão do outro por meio da desqualificação intelectual, desautorizando-o para o debate e, conseqüentemente, perante a opinião pública.

Os discursos materializados nos artigos da polêmica publicados no jornal *Diário do Maranhão* revelaram uma intensa disputa por poder no campo pedagógico da capital maranhense, que tinha como objeto de desejo o discurso legítimo, ou verdadeiro, sobre a

aplicação do método analítico e princípios gerais do método intuitivo. Durante a polêmica, os autores buscaram, através de diversos procedimentos de controle do discurso, alcançar o favor da opinião pública, considerada a balança definidora da disputa. Um dos recursos mais utilizados pelos envolvidos na polêmica foi a desqualificação intelectual do adversário, tanto por meio de agressões verbais, quanto por expressões irônicas e cômicas que ridicularizavam o outro lado da disputa.

Foucault (1996) afirma que em toda sociedade a produção do discurso é delimitada, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por meio de procedimentos que visam a dissimular seus poderes e perigos. Além da oposição entre o verdadeiro e o falso que se tornou um sistema de exclusão, outro procedimento de controle do discurso trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, mediante a imposição de uma série de regras que impedem que todos tenham acesso a ele. Sendo assim, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996, p. 36).

Essas exigências são definidas por Foucault (1996, p. 39) como um “ritual” que “define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...]; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso”. Ou seja, o discurso pedagógico em pauta na polêmica sobre os livros da Escola-Modelo “Benedito Leite” não pode ser dissociado de um ritual que determina para os sujeitos que falam “propriedades singulares” e “papéis pré-estabelecidos”. No campo pedagógico, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 43, 44).

DOCUMENTOS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documentos avulsos: Secretaria do Governo. Correspondência do Diretor da Escola Modelo ao Governador do Estado do Maranhão. 1901; 1903; 1909; 1911.

CORREIO DA TARDE, 04 mai. 1911

DECRETO n.º 99, de 01 de outubro de 1910. Coleção das Leis, Pareceres do Congresso, Decreto e Decisões do Estado do Maranhão de 1910. São Luís: Imprensa Oficial, 1913.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 06 abr. 1911.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 10 nov. 1902.

DIÁRIO OFICIAL, 05 fev. 1911

GODÓIS, Antônio Batista Barbosa. A questão dos livros da Escola Normal. **Diário do Maranhão**, 01 mai. 1911.

_____. A questão de livros da Escola Modelo. **Diário do Maranhão**, 10 jun. 1911.

_____. A questão de livros da Escola Modelo X. **Diário do Maranhão**, 11 mai. 1911

LOBO, Antônio. A contestação do bacharel Godóis I. **Diário do Maranhão**, 19 mai. 1911.

_____. A contestação do bacharel Godóis III. **Diário do Maranhão**, 22 mai. 1911.

_____. A contestação do bacharel Godóis IV. **Diário do Maranhão**, 23 mai. 1911.

_____. A contestação do bacharel Godóis XV. **Diário do Maranhão**, 29 mai. 1911.

PACOTILHA, 05 jul. 1910

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTRO, Ana Caroline Neres. **Atenas brasileira X Babilônia de exílio: uma análise sobre a decadência intelectual do Maranhão (1894-1932)**. 2007. Monografia (graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987 .

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

GASPAR, Carlos. **O Sr. Antônio Lobo: a fogueira da agonia**. São Luís: Edições AML, 2009.

GODÓIS, Barbosa de. **O mestre e a escola**. São Luís: Imprensa Oficial, 1911.

JULIA, D. A. cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, 2001.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saúde: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.